PUBLICAÇÃO QUINZENÁRIO OFICIAL DE CABEDELO

(Lei n° 974 de 16/11/1999)
Câmara Municipal de Cabedelo/PB
Dello a 30/04/2016





Lei nº 1.791

De 18 de Abril de 2016.

FIXA NORMAS PARA CIRCULAÇÃO DE TÁXIS E SIMILARES DE OUTROS MUNICÍPIOS, NESTE MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELO (PB):

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

- Art. 1º Fica proibida a circulação de transporte individual de passageiros táxis e similares de outros municípios, no Município de Cabedelo, portando o luminoso sobre o veículo, quer estejam ou não transportando usuários.
- Art. 2º Os condutores que infringirem o disposto nesta lei, estarão sujeitos à apreensão do veículo e multa correspondente a 35 (trinta e cinco) UFMC, ou outro referencial que venha a ser adotado.

Parágrafo único - Em caso de reincidência, a multa a que se refere o "caput", deste artigo, será aplicada em dobro.

- Art. 3º O veículo apreendido na forma do artigo anterior, somente poderá ser liberado após o pagamento da multa e taxas referentes à apreensão.
- Art. 4° Em decorrência das determinações prescritas na presente Lei e, para assegurar o seu efetivo cumprimento, ficam criadas as seguintes taxas:
- I Taxa de reboque, cujo fato gerador é a remoção, por guincho, de veículo apreendido por exploração irregular do serviço de transporte público individual ou coletivo de passageiros, observado os valores indicativos a seguir:



- a) 05 (cinco) UFMC para veículos de pequeno porte, inclusive tipo automóvel e similares;
- b) 08 (oito) UFMC para os demais veículos.
- II Taxa de permanência, cujo fato gerador é a permanência em local designado pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana SEMOB, de veículos apreendido por exploração irregular do Serviço de Transporte Público de passageiros, no valor de 08 (oito) UFCM por dia.
- Art. 5º São contribuintes das Taxas fixadas nesta Lei, as pessoas físicas ou jurídicas que tiverem veículo apreendido por exploração irregular do Serviço de Transporte Público Individual ou Coletivo de Passageiros no âmbito do Município de Cabedelo.
- Art. 6º As taxas respectivas devem ser recolhidas em favor da SEMOB (Secretaria de Mobilidade Urbana) Cabedelo para aplicação exclusivamente em ações educativas relacionadas ao trânsito e transporte público de passageiros.
- Art. 7º Caberá a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana SEMOB, as medidas necessárias, para o cumprimento disposto nesta Lei.
 - Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
 - Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Cabedelo (PB), aos 18 de abril de 2016; 194° da Independência, 126° da República e 59° da Emancipação Política Cabedelense.

LLINGTON VIANA FRANÇA
Prefeito Constitucional